

O PAPEL DAS APAES E DESAFIOS NA EDUCAÇÃO E MERCADO DE TRABALHO.

THE ROLE OF APAES AND CHALLENGES IN EDUCATION AND THE LABOR MARKET.

¹AUERSWALD, Reilane Souza S; ²BERNINI, Karina Faustino; ³CASTILHO, Larissa Oliveira; ⁴GUIMARÃES, Natalia Camargo; ⁵PEREIRA, Edilaine Fabiana Carvalho; ⁶SOUZA, Giovana Regina de ⁷SILVA, Rita Ferreira da

¹⁻⁷Departamento de Ciências Humanas – Centro Universitário das Faculdades Integradas de Ourinhos-Unifio/FEMM

RESUMO

As APAEs desempenham um papel fundamental ao proporcionar aos indivíduos um atendimento educacional especializado que abraça a diversidade, incorporando serviços de capacitação e reabilitação que valorizam a singularidade de cada indivíduo. Esses serviços estão integrados ao processo de inclusão no sistema educacional convencional, ao mesmo tempo em que sustentam uma educação contínua, fomentando assim uma progressiva inclusão social. Desse modo, compreende-se que a instituição desempenhe um papel de relevância não apenas para as pessoas com deficiências e seus entes queridos, mas também para a coletividade em geral. Isso se dá por meio da oferta de atividades especializadas que visam estimular o crescimento e o desenvolvimento pessoal, facilitando uma interação social mais enriquecedora.

Palavras-chave: Psicologia Educacional; Diversidade; Inclusão Social; Pessoas com Deficiência.

ABSTRACT

APAEs play a key role in providing individuals with specialized educational care that embraces diversity, incorporating training and rehabilitation services that value the uniqueness of each individual. These services are integrated into the process of inclusion in the conventional educational system, while sustaining a continuous education, thus fostering a progressive social inclusion. Thus, it is understood that the institution plays a role of relevance not only for people with disabilities and their loved ones, but also for the community in general. This is done through the offer of specialized activities that aim to stimulate personal growth and development, facilitating a more enriching social interaction.

Keywords: Psychology Educational; Diversity; Social Inclusion; Disabled Persons.

INTRODUÇÃO

O contexto vivenciado pela pessoa com deficiência foi e ainda é marcado pela exclusão e violência. Desde o início da história, nos grupos humanos primitivos, a sobrevivência das pessoas com deficiência era extremamente difícil devido ao ambiente hostil e desafiador em que viviam. Esses indivíduos eram considerados um incômodo para o grupo, uma vez que o ambiente rígido e agressivo exigia força e habilidades específicas para garantir a subsistência. Na Grécia Antiga, a deficiência física era vista como uma punição divina, resultando no abandono ou até mesmo no sacrifício de crianças com deficiência. A Idade Média associava deficiência a crenças supersticiosas e mitos, enxergando-a como resultado de possessão demoníaca.

Essas percepções perpetuavam o estigma e a marginalização dos deficientes ao longo do tempo, evidenciando como o capacitismo social sempre direcionou preconceitos à deficiência. Apesar das variações nas atitudes e percepções ao longo do tempo, persiste a marginalização e estigmatização da pessoa com deficiência, conforme discutido por Menicucci (2006) *apud* Pereira (2007).

Além disso, de acordo com a pesquisa realizada por Mello *et al.* (2014), a abordagem predominante nos estudos sobre deficiência se concentra, em sua maioria, no modelo biomédico. Esse modelo é baseado na patologização e está centrado em práticas corretivas, com foco na condição médica ou física da pessoa, percebendo a deficiência principalmente como uma disfunção ou incapacidade do corpo. Nesse contexto, a busca por diagnósticos, tratamentos e intervenções para corrigir ou compensar limitações físicas ou funcionais é uma preocupação constante.

Para contrapor essa perspectiva predominante, surgiu a necessidade de investigar o modelo social da deficiência. Essa abordagem possibilitou compreender que a deficiência vai além do indivíduo e está intrinsecamente relacionada à sociedade que a excluí. Colocar o foco na correção normativa dos corpos acaba sendo mais um meio de marginalização e exclusão. É fundamental direcionar esforços para a promoção de políticas públicas que eliminem as barreiras que impedem as pessoas com deficiência de exercer plenamente seus direitos e funções sociais (NUSSBAUM, 2007 *apud* GESSE *et al.*, 2019).

A partir de um complexo diálogo entre a Organização das Nações Unidas e Organizações Civis das Pessoas com Deficiência, construiu-se a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Essa Convenção é regida por oito princípios, sendo:

- a) o respeito inerente à dignidade, autonomia individual, incluindo a liberdade de fazer suas próprias escolhas, e a independência das pessoas; b) não discriminação; c) inclusão e participação plena e efetiva na sociedade; d) respeito pela diferença e aceitação da deficiência como parte da diversidade humana e humanidade; e) igualdade de oportunidade; f) acessibilidade; g) igualdade entre homens e mulheres; h) respeito pela capacidade em desenvolvimento das crianças com deficiência e respeito aos direitos das crianças com deficiência de preservarem suas identidades (BRASIL, 2009).

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) é um tratado internacional adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 2006. Ela representa um marco importante na promoção e proteção dos direitos humanos das pessoas com deficiência em todo o mundo. Essa Convenção tem como objetivo

principal garantir que as pessoas com deficiência desfrutem plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais, em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2018).

A Psicologia Inclusiva é pautada nos direitos humanos e na promoção da saúde da pessoa com deficiência. Este campo de atuação do profissional de psicologia é formado por um elo de práticas de caráter político, cultural, social e terapêutico, promovendo a visibilidade e igualdade de direitos da pessoa com deficiência, física, auditiva, visual, intelectual, múltiplas e autismo bem como a ocupação de espaços sociais, livre de exclusões. Tem por objetivo, a inserção dos sujeitos com deficiência no atendimento psicoterapêutico (MACÊDO; TORRES, 2017).

Com isso, a psicologia da inclusão está alicerçada sobre os princípios do Código de Ética do profissional da psicologia, em específico o II princípio “O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (Conselho Federal de Psicologia, 2005, p.7). Em consonância com esses preceitos, o atendimento à pessoa com deficiência deve se atentar às demandas complexas referente a realidade desses sujeitos, compreendendo as mais variadas formas de sofrimento vivenciadas, considerando as dificuldades de uma sociedade excludente (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ, 2020).

Esses princípios éticos e o empenho na eliminação de formas de discriminação, negligência e opressão revestem-se de uma importância particular nos contextos das pessoas com deficiência. Isso nos conduz a uma reflexão sobre a evolução das práticas de inclusão ao longo do tempo. Em 1964, nasce no território brasileiro a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), com o propósito de promover a integração dos indivíduos com deficiências na sociedade e aprimorar as relações familiares, sociais e educacionais. Naquela época, a falta de legislação específica dificultava a participação dessas pessoas tanto em instituições educacionais quanto na comunidade em geral. De acordo com informações da APAE Brasil (2018), o movimento de pais e amigos liderou o surgimento das APAEs, buscando alternativas para melhorar a qualidade de vida de seus filhos com desafios intelectuais e múltiplos.

A finalidade das APAEs reside em impulsionar e coordenar iniciativas que advogam pelos direitos das pessoas com deficiência, buscando elevar o padrão de

vida dos indivíduos com limitações, com ênfase na abordagem de integração social, especialmente com foco naqueles que apresentam deficiências intelectuais e múltiplas (APAE Brasil, 2018). A política de inclusão em âmbito nacional tem como objetivo assegurar a total participação das pessoas com deficiência, abrangendo todos os estágios educacionais, desde a Educação Infantil até o Ensino Superior (BEYER, 2005).

O desenvolvimento da pessoa com deficiência depende do estímulo que ela recebe do ambiente em que está inserida. Por meio de interações significativas, o ambiente desempenha uma função crucial no progresso físico, cognitivo, emocional e social desses indivíduos. Uma estimulação adequada por parte do ambiente proporciona chances de aprendizado, exploração e autonomia, capacitando-os a superar desafios e atingir plenamente seu potencial. Ao reconhecer a importância desse incentivo ambiental e ao facilitar intervenções terapêuticas e educacionais apropriadas, é viável criar um ambiente que seja inclusivo e capacitado, onde as pessoas com deficiência possam se desenvolver integralmente. Esse é um processo contínuo de apoio e interação entre a pessoa e o seu entorno, que tem o potencial de desbravar caminhos para um desenvolvimento saudável e uma vida gratificante (OLIVEIRA; SANTOS, 2018).

Profissionais da psicologia podem, por razões variadas como, a não aceitação inicial da deficiência do filho, enfrentar dificuldades para vincular-se com os pais. Conseqüentemente, esta dificuldade de aceitação da deficiência, pode desencadear uma baixa adesão às propostas de orientação grupal ou psicoterapia em grupo para os pais, por exemplo. Para Zacarias e Silveira (2011) cabe ao profissional neste cenário produzir um diálogo que tem como objetivo a aceitação, facilitando a relação e ligação afetiva entre a criança e seus familiares. Enfrentar a diversidade, lidar com as dificuldades provenientes das várias limitações das deficiências e considerar o contexto em que a pessoa está inserida são obstáculos que profissionais frequentemente encaram.

Um desses desafios é garantir que essas pessoas permaneçam participando das aulas. Nesse contexto, Suplino (2005, p.16) na obra intitulada de "Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental", destaca que o verdadeiro desafio não se limita a tê-las simplesmente presentes nas salas de aula, mas sim a proporcionar um trabalho de qualidade

consistente. Nesse contexto, é evidente que eles possuem a capacidade de adquirir conhecimento, desenvolver competências e estabelecer comunicação com seus professores, expressando preferências ou recusas diante de determinadas situações.

Ao observarmos a interação entre as pessoas com deficiência, entendemos que eles são muito mais que um amontoado de sintomas, um diagnóstico. Eles são capazes de aprender desde que estejam motivados e interessados nas atividades propostas, o que nas palavras de Suplino (2005, p.38) “o aluno deve gostar de fazer a atividade proposta. Em outras palavras, deve desejar estar envolvido. Deve querer aprender”. A autora acrescenta que a abordagem natural para o ensino deve se concentrar no contexto mais próximo da realidade que estão vivenciando.

Ainda por intermédio dos ditos da autora em pauta, referente à aprendizagem e a inclusão das pessoas com deficiência, outra possibilidade é a inclusão pelo mercado de trabalho. De acordo com Perlin *et al.* (2016) “a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho e na sociedade é uma ação que tem por objetivo minimizar o preconceito e o estereótipo que, por muitas vezes, fazem parte do cotidiano dessas pessoas”. O desenvolvimento das suas habilidades sociais assume um papel crucial ao possibilitar uma comunicação clara, a capacidade de pedir ajuda quando necessário e a resolução construtiva de conflitos. A aptidão em estabelecer relações eficazes com os outros não apenas reforça a autoconfiança, mas também habilita a tomada de decisões embasadas.

Esse processo de capacitação os empodera, permitindo-lhes alcançar uma melhor qualidade de vida e participação plena na sociedade.

METODOLOGIA

Visando executar a elaboração desta pesquisa acadêmica, utilizamos como estrutura de levantamento teórico o método de revisão bibliográfica narrativa. Tal metodologia foi a escolhida uma vez que esta assim como descreve Rother (2007), trata-se de uma modalidade investigativa ampla, na qual permite que o pesquisador estruture sua revisão de maneira aberta e dialógica entre os autores os quais se debruçam no campo de investigação em questão. No nosso caso, a Psicologia enquanto prática inclusiva as pessoas com deficiência intelectual e demais deficiências.

Para dialogar com a investigação acadêmica, trazemos de maneira ampla a experiência vivenciada pelo grupo de seis estagiárias em suas práticas no estágio institucional curricular, no campo da psicologia. As práticas institucionais foram iniciadas no mês de março de 2023, em parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ourinhos, APAE de Ourinhos.

Ao que diz respeito à vivência do grupo, enquanto estagiárias, no primeiro semestre do estágio realizamos práticas de observação participativa e reflexiva, junto a equipe de psicólogas na Organização da Sociedade Civil. Esta prática inicial, atenta-se para que possamos construir um diálogo entre a prática efetiva da profissão e a teoria científica. Desta forma, é por intermédio deste diálogo prático e teórico que o grupo de estágio apresenta esta análise acadêmica.

DESENVOLVIMENTO

Por intermédio da experiência do grupo de estágio institucional do Centro Universitário de Ourinhos, do campo da “Psicologia Inclusiva”, podemos iniciar nossa investigação acadêmica por intermédio de Guirado (2009), que ressalta a influência das burocracias profissionais e o processo de repetição na aplicação da psicologia. O conhecimento adquirido se traduz em ações concretas, impulsionando as atividades desenvolvidas na instituição da APAE, as quais se fazem necessárias, pois é a forma pelo qual o conhecimento psicológico se traduz em prática efetiva dentro desse contexto.

Em relação à inclusão de pessoas com deficiência, de modo efetivo na sociedade brasileira, podemos destacar que a APAE de Ourinhos, campo o qual executamos nosso estágio curricular, promove ações em parceria com a Prefeitura e a secretaria do esporte de Ourinhos e região visando tal benefícios para seus alunos, interagentes e atendidos. Um exemplo o qual experienciamos é o Festival Paralímpico, destinado a crianças e adolescentes com deficiências físicas, visuais e intelectuais, com o objetivo de promover a inclusão por meio de experiências esportivas lúdicas. teve o objetivo de identificar novos talentos.

Os profissionais da APAE de Ourinhos, enquanto equipe multidisciplinar e intersetorial, adotam estratégias para promover a inclusão na comunidade. Isso inclui a organização de festas juninas, participação em atividades religiosas, assistência a apresentações musicais em igrejas evangélicas e acesso a oportunidades de

emprego no mercado de trabalho. Essas iniciativas permitem que os participantes interajam com a comunidade e vivenciem experiências sociais mais amplas. Durante a interação com os participantes, foi evidente a alegria pela permissão dos pais para participarem dos eventos propostos. Essas interações também revelaram diversos relatos sobre a participação em eventos e aspectos de suas vidas pessoais, incluindo sonhos e desejos futuros, como casamentos, empregos e relacionamentos. Além disso, revelaram preferências individuais por comida, música e times de futebol.

Podemos pontuar então, que a vivência do grupo de estagiárias do campo a psicologia inclusiva, vai ao encontro dos apontamentos de Souza (2020), no texto “Caderno pedagógico sobre currículo funcional natural para jovens e adultos com deficiência intelectual”, o qual destaca-se a importância de compreender o ambiente e os interesses dos estudantes na elaboração de um Currículo Funcional Natural (CFN). Também de acordo com ela, essas interações destacam o potencial desses momentos para promover conhecimento, habilidades sociais e capacidades específicas, como expressão corporal, controle de ações, equilíbrio, autoconfiança e autoestima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Suplino (2005) nos faz refletir sobre a relevância da realização de uma análise funcional, que envolve a consideração das tríplices contingências (antecedente-comportamento-consequências) que segundo Moreira e Medeiros (2019) e Suplino (2005), é necessário para compreender a interação entre comportamentos problemáticos e o ambiente. E conseqüentemente criar estratégias que possam auxiliar o indivíduo no desenvolvimento de habilidades mais adaptativas na sua vida diária, ter um olhar para além do diagnóstico. A análise funcional permite criar estratégias que auxiliem o indivíduo no desenvolvimento de habilidades adaptativas em sua vida cotidiana, indo além do diagnóstico (Suplino, 2005).

No entanto, é crucial que os profissionais possuam a habilidade de “compreender as variáveis que os mantêm. Para isso, o profissional deve compreender as variáveis das quais o comportamento é função, antes de iniciar qualquer procedimento de modificação comportamental” (Yazawa e Rodrigues,

2021). ¹ Isso envolve compreender o que o comportamento está comunicando e reconhecer quando há resistência ou dificuldades que demandam atenção específica. As intervenções realizadas por psicólogos nesse contexto visam fortalecer comportamentos desejados e promover sua generalização para diversos ambientes. As intervenções devem incluir propostas que preparem o indivíduo para uma vida socialmente integrada, permitindo que ele cuide de si mesmo e tome decisões (LEBLANC, 1992 *apud* CATANANTE, 2022).

Portanto é buscar compreender todas as variáveis envolvidas. Isto é oferecer serviços que abrangem a integralidade de um sujeito, o preparo de uma organização da rede de cuidados que se pautem em responder à diversidade das demandas integralmente como descreve a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015).

As habilidades sociais desempenham um papel crucial na vida de todas as pessoas, incluindo aquelas com deficiências. Para elas, desenvolver e aprimorar essas habilidades é particularmente importante, pois isso lhes permite participar ativamente da sociedade, estabelecer relacionamentos saudáveis e obter apoio emocional. Essas habilidades capacitam as pessoas com deficiências a se engajarem em interações sociais significativas e construtivas, como iniciar e manter conversas, ouvir atentamente, expressar emoções de maneira adequada e respeitar os limites dos outros, contribuindo para criar e manter relacionamentos pessoais e profissionais saudáveis. A inclusão social dessas habilidades bem desenvolvidas pode aumentar as chances de inclusão para pessoas com deficiências, permitindo que participem de atividades em grupo, se envolvam em equipes de trabalho, sejam aceitas por colegas e construam redes de apoio social.

Segundo Nuernberg (2019), os estudos sobre deficiência trazem uma série de desafios e contribuições para a psicologia, abrindo espaço para um diálogo interdisciplinar e ampliando a compreensão da área além de sua influência histórica da saúde e do campo biomédico, há também o desafio de quebra com a dualidade de desenvolvimento normal e anormal, o que implica em repensar as concepções de humano na psicologia, revisando teorias do desenvolvimento, constituição do sujeito,

¹ “compreender as variáveis que os mantêm. Para isso, o profissional deve compreender as variáveis das quais o comportamento é função, antes de iniciar qualquer procedimento de modificação comportamental” (Yazawa e Rodrigues, 2021).

personalidade e psicopatologia. Os estudos sobre deficiência desafiam a concepção cartesiana do corpo na psicologia, promovendo uma compreensão mais complexa e identitária do corpo. Isso contribui para o debate sobre a constituição do sujeito em um universo plural e heterogêneo, considerando as experiências corporais das pessoas com deficiência, dessa forma esses estudos causam um impacto significativo no campo ético da formação e prática dos psicólogos, ao promoverem a valorização da diversidade e a defesa da educação inclusiva, ampliando perspectivas éticas e incentivando uma abordagem mais inclusiva, comprometida com a promoção dos direitos e do bem-estar das pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

APAE BRASIL. Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais. **Histórico da APAE no Brasil**. 2018. Disponível em: <<https://apaebritil.org.br>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

APAE BRASIL. **Política de atenção integral e integrada da rede Apae**. Cartilha. 2020.

BEYER, H.O. Por que Lev Vygotsky se Propõem a uma Educação Inclusiva? **Revista Eletrônica Educação Especial**, n. 26, 2005. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/ce>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**. Brasília: DF, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/cooperacao-internacional/relatorios-internacionais-1/convencao-internacional-sobre-os-direitos-das-pessoas-com-deficiencia>> . Acesso em: 17 jun. 2023.

BRASIL. Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 26 ago. 2009. Seção 1, p. 3.

BRASIL. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015 - Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: DF, 2015.

CATANANTE, F. O currículo paulista e o currículo funcional: adaptações necessárias para o atendimento ao público-alvo das escolas de educação especial. **Apae Ciência**, [S. l.], v. 18, n. 2, p. 54–60. DOI: 10.29327/216984.17.2-8.2022. Disponível em: <<https://apaeciencia.org.br/index.php/revista/article/view/373>>. Acesso em: 6 jun. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução CFP nº 10 de 21 de julho de 2005**. Dispõe sobre o Código de Ética dos Profissionais da Psicologia. Brasília, 2005.

FERREIRA, Tânia; VORCARO, Angela. O tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com múltiplas experiências. In____. **Tratamento psicanalítico de crianças autistas: diálogo com múltiplas experiências**. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 89-116p. 2017. Disponível em: <<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788551301623/pageid/10>> Acesso em: 11 fev. 2023.

GUIRADO, Marlene. Psicologia institucional: o exercício da psicologia como instituição. **Interação em Psicologia**, v. 13, n. 2, 2009.

MACÊDO, Ludmilla da Silva; TORRES, Claudia Regina Vaz. Psicologia inclusiva: a importância do atendimento psicoterapêutico a pessoas surdas. In: **Anais...** do 1º Seminário Luso-brasileiro de educação inclusiva: o ensino e a aprendizagem em discussão, p.1150-1162, 2017.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo. **Pesquisa e extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares**, p. 91-118, 2014.

MOREIRA, Márcio Borges; DE MEDEIROS, Carlos Augusto. **Princípios básicos de análise do comportamento**. Artmed, 2018.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Psicologia e estudos sobre deficiência: História e perspectivas. **Psicologia e pessoas com deficiência**, p. 18-25, 2019.

NUSSBAUM, M. **Las fronteras de la justicia**. Madrid: Paidós.
Orientações para profissionais de Psicologia na atenção a pessoas com deficiência e suas famílias durante a pandemia – CRP-PR. 2007. Disponível em: <<https://crpbr.org.br/pcd-pandemia/>>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLIVEIRA, M. G., & SANTOS, D. S. Estímulo do ambiente no desenvolvimento de pessoas com deficiência: um caminho para a inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 4, p. 615-630, 2018.

PEREIRA, Márcio. A História da Pessoa com Deficiência. **Ciências Gerenciais em foco** (Revista Eletrônica), v. 8, n. 5, 2017.

PERLIN, Ana Paula et al. Inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho: um estudo numa empresa do setor cerâmico. **Desenvolvimento em Questão**, v. 14, n. 34, p. 214-236, 2016.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 5–6, 2007.

SOUZA, A. C. de F. **Caderno pedagógico sobre currículo funcional natural para jovens e adultos com deficiência intelectual**. 2020.

SUPLINO, Maryse **Currículo funcional natural: guia prático para a educação na área do autismo e deficiência mental**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência; Maceió: ASSISTA, 2005.

VASCONCELOS, J. Moreira De. **A atuação do psicólogo escolar na promoção de saúde mental na educação especial**. Faveni, 2023.

VIEIRA, Camila Mugnai. Sentimentos infantis em relação à deficiência intelectual: efeitos de uma intervenção. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 423-436, 2015. Acesso em: 17 ago. 2023.

YAZAWA, Thais; RODRIGUES Olga Maria Piazzentin Rolim. Manejo comportamental de crianças com deficiência: avaliação dos efeitos de um programa utilizando os princípios da Análise do Comportamento. **Revista Educação Especial**, vol. 34, pp. 1-21, 2021. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/54536>>. Acesso em: 18 maio 2023.

ZACARIAS, Dulce Grasel; SILVEIRA, Pauline Schwarzbald da. **Atendimento da pessoa com deficiência: um desafio para a psicologia**. IV Jornada de pesquisa em Psicologia, desafios atuais nas práticas da psicologia. 2011. Disponível em: <<https://online.unisc.br>>. Acesso em: 08 maio 2023.